



IMAGEM DOS INTELLECTUAIS NO SÉCULO XXI: AS DIFICULDADES DE ENTENDER SEU PAPEL SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

IMAGE OF INTELLECTUALS IN THE TWENTY-FIRST CENTURY:
THE DIFFICULTIES TO UNDERSTAND THEIR SOCIAL ROLE IN
CONTEMPORARY SOCIETY

Jean Fabien¹

RESUMO

Este trabalho, ao traduzir uma preocupação intelectual e nascer num único objetivo, o de compreender o que é um *Intellectual* hoje e seu papel na sociedade contemporânea, tem por finalidade mostrar o caráter ambíguo e híbrido do intelectual hoje. Este objetivo está acompanhado de algumas questões: quem podemos chamar, sem risco de se enganar, de intelectual nas sociedades pós-modernas cheias de contradições, de controversas e de problemáticas? O que hoje define um intelectual: engajamento à causa universal e humanitária, a uma causa social e política dos mais pobres, exibição e shows midiáticos, servir uma classe dominante e reproduzir seus valores em detrimento dos explorados, se consagrar a escrever livros e artigos, fazer pesquisas? O papel da sociologia é compreender, interpretar, conceitualizar, teorizar e problematizar as dinâmicas dos fenômenos sociais dos quais o surgimento dos intelectuais faz parte. Assim, sendo uma reflexão sobre o estatuto e a função social dos intelectuais, este artigo pretende discutir a imagem que projetam os intelectuais hoje no século XXI, problematizar seu papel e seu lugar na sociedade assim como as relações que se mantêm entre eles e as mídias levando em conta todo seu poder de divulgação, de propaganda, de exibição e de visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais. Sociedade contemporânea. Papel social. Século XXI.

ABSTRACT

This work, which translates an intellectual concern, and tries to understand not only who an intellectual is today, but also his role in contemporary society, aims to show the ambiguous and hybrid character of the intellectual nowadays. This objective is followed by some questions: who can we consider, without any mistake, an intellectual in the postmodern and problematic society, which is also full of contradictions and controversies? Which characteristics define an intellectual today: commitment to universal and humanitarian causes, to a social and political cause aimed to the low income population, media exhibition, serving the ruling class and reproducing its values at the expense of the exploited, devotion to writing books and articles, doing researches? The role of sociology is to understand, interpret, conceptualize, theorize and discuss the dynamics of social phenomena of which the emergence of the intellectuals is a part of. So, being a reflection on the status and the social function of the intellectuals, this article aims to discuss the image that they project in the XXI century, questioning their role and place in society, and the relationships that are kept between the media and them, and considering all the power of dissemination, advertising, exhibition and visibility.

KEYWORDS: Intellectuals. Contemporary society. Social role. Twenty-First Century.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP. E-mail: faboulo_unicamp11@hotmail.com

Submetido em: 05/01/2016 - **Aceito em:** 14/01/2016

INTRODUÇÃO

O debate sobre os intelectuais transcende os campos filosófico e literário e se apresenta, já a partir do fim do século XIX e início do século XX, como um tema problemático, mas crucial e central para se pensar as ciências sociais, porque os intelectuais são atores influentes das transformações sociais e vetores que despertam a consciência coletiva. Problemático, primeiro, a respeito da origem e da definição do conceito de Intelectual em si, segundo, porque este conceito nasceu num contexto sociopolítico, histórico, muito polêmico² e controverso, terceiro, quando se tratar de entender e definir as relações dessa camada social com as outras camadas sociais, como, por exemplo, a sociedade, seja civil ou política, a classe média, a classe dominante e a mídia. A sociologia, em particular, propõe um olhar preferencial e diferencial a respeito da figura do intelectual, como grupo social privilegiado, ao invés da do escritor ou do autor. Daí, a sociologia dos intelectuais – parte da sociologia contemporânea muito recente que se interessa pelo estatuto social do intelectual – já vem enfrentando dificuldades enormes dentre as quais gostaríamos de sublinhar ao menos duas.

A primeira é entender, de um lado, o papel e o lugar dos intelectuais na vida social, política e cultural, sobretudo, no espaço público, referindo-nos ao conceito habermassiano, onde intervêm frequentemente, do outro, suas relações com a classe dominante e a classe oprimida. O segundo desafio diz respeito à análise das relações que se mantêm entre eles e as mídias, quando, particularmente, se tratar de saber *quem vai atrás do outro em primeiro, quem dá visibilidade a quem, quem torna quem célebre e famoso, as mídias ou os intelectuais?* Será que as mídias estão querendo impor hoje outro modelo de intelectual?

Nesse sentido, o grande debate na sociologia hoje é entender o papel social real do Intelectual levando em consideração as novas formas de colonização do conhecimento e de dominação ideológica e simbólica das palavras no século XXI. Por exemplo, o fato de hoje estarmos assistindo a certo “populismo intelectualista”³ e a uma espetacularização televisiva do saber por meio das intervenções que se fazem nos meios mediáticos pelas mesmas figuras, pelos mesmos atores, pelos mesmos intervenientes, cujas argumentações precisam ser tomadas com cuidado, questionadas e expurgadas, estamos em direito de nos perguntar, ao retomar Pierre Bourdieu, o que eles estão fazendo lá, se eles estão lá para dizer alguma coisa, senão por que estão lá, se o que eles vão dizer tem um valor científico. Ou seja, será que todos aqueles que estão falando na TV são intelectuais? Deveríamos aceitá-los como tais? (BOURDIEU, 1996). Apesar de tudo, a partir de algumas constatações, que veremos mais adiante, estamos

² Ver Michel Winock. *L'affaire Dreyfus*. Paris: Seuil, 1998.

Idem. *Le siècle des Intellectuels*. Paris: Seuil, 1997.

³ A expressão é de nosso grifo a partir da nossa compreensão e interpretação das críticas de Pierre Bourdieu a respeito do lugar dos intelectuais na mídia e, também, dos comentários de Antônio Flavio Moreira e de outros autores. Ver: BOURDIEU, P. *Sur la télévision suivi de l'emprise du journalisme*, 1996; MOREIRA, A.F. et al (Org.). *Para quem pesquisamos? para quem escrevemos?*, 2001.

convencidos de que no processo de formação, de instituição e de estabelecimento da autoridade e notoriedade do intelectual, as mídias desempenham um papel relevante. Trata-se de entender então se é o intelectual quem procura essa visibilidade midiática ou se é a mídia que vai atrás dele para construir uma imagem.

Assim, neste trabalho pretendemos desenvolver quatro pontos. Num primeiro momento, vamos analisar o significado do caso de Dreyfus lembrando, sucintamente, o contexto histórico no qual esta noção nasceu. Em segundo lugar, abordaremos a ambiguidade da definição do conceito de intelectual no mundo contemporâneo. A terceira parte será consagrada a uma compreensão sociológica do papel social dos intelectuais, como grupo privilegiado na sociedade, mostrando a relação que existe entre intelectualidade e ciências sociais. Por fim, tentaremos mostrar a existência de vários tipos de intelectuais e o papel desempenhado pelas mídias no processo de sua construção social.

Um lembrete histórico: o significado do caso de dreyfus na criação do conceito de intelectual

Apesar de não quisermos traçar um histórico do tema de intelectual, é fato que esta noção esteja acompanhada de uma longa história⁴ e já tenha adquirido, nos séculos XVII e XVIII, por meio da figura dos filósofos, dos sacerdotes, um peso considerável. No entanto, ainda não ganhou tanta popularidade, consideração e relevância e produziu tanta repercussão no mundo dialético, nos meios científicos e midiáticos desde o século XIX até hoje.

Falava-se, na Idade Média, de clérigos enquanto tipo de ‘intelectuais’ ou homens de letras ou sábios para designar os potenciais detentores de um saber sacralizante e sacerdotal⁵. É importante lembrar, ademais, que o tema surgiu em paralelo com alguns fenômenos sociais importantes que marcaram o mundo moderno entre os quais podemos sublinhar: separação radical entre Igreja e Estado; independência da ciência do saber sagrado da religião; autonomia das ciências sociais e aparição das liberdades individuais, em particular, as liberdades de pensamento, de opinião e de expressão que, sendo frutos exclusivos da Revolução burguesa contra a dominação eclesiástica, constituem os valores supremos e autênticos do intelectual, quer dizer, o primeiro elemento que caracteriza o intelectual é sua liberdade de expressão. Por outro lado, não podemos esquecer outro momento histórico bem especial, que marcou mais profunda e fundamentalmente o surgimento do conceito de intelectual: o caso de Dreyfus, a partir do qual esta palavra começou a ganhar força, visibilidade e importância, expandindo-se e criando também conflitos políticos, guerras de opiniões, divergências e contradições entre os diferentes grupos intelectuais na sociedade francesa da época.

⁴ Louis Boudin. **Os Intelectuais**. Lisboa: Acadia, 1971, p. 7-19.

⁵ Jean-Paul Sartre. **Em defesa dos intelectuais**. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

Segundo Winock, o caso Dreyfus permitiu descobrir a verdadeira imagem antissemita e racista da França numa época atravessada por muitas crises assim como uma viva consciência coletiva política que se agitou muito (WINOCK, 1998, p. 7-13). Leclerc (2004) e Charle (1990), por sua vez, sublinham a aparição e a constituição de dois grupos de intelectuais antagonicamente opostos: os *dreyfusards* e os *antidreyfusards*. Os primeiros se reclamavam defensores dos valores universais (como humanidade, liberdade e justiça) enquanto os segundos, os de um nacionalismo radical que acham estar em perigo. Daí a oposição violenta e polêmica entre intelectuais universalistas e intelectuais nacionalistas.

A contribuição de Mohrt nos parece interessante na medida em que o autor tenta descrever e desnudar a natureza da *intelligentsia* francesa no século XIX. Tal *intelligentsia* foi caracterizada pelos problemas internos (crises culturais e econômicas) e externos (as guerras franco-alemãs em 1870), ou seja, uma *intelligentsia* à imagem de uma sociedade transtornada. Este retorno histórico para trás é necessário no sentido de que o autor nós permite entender as diferentes categorias de intelectuais que a França produziu desde o império até a república, passando pela monarquia – período mais triste e lamentável, segundo o autor, para os homens de letras (MOHRT, 1942).

Poderíamos completar os argumentos de Mohrt (op. cit.) pelo processo de revolução e de expurgação levantado por D'Appollonia (1991), contra os intelectuais franceses que prestaram sua competência e inteligência ao exército alemão ou ao serviço secreto alemão durante as guerras franco-alemãs. Eles ajudam a entender que a sociedade em si mesma é a verdadeira fonte de produção dos intelectuais de vários tipos. Em suma, o caso de Dreyfus representa, por assim dizer, na história contemporânea mundial em geral, na dos intelectuais como homens críticos do sistema social, político e econômico opressor em particular, o surgimento e a consolidação; a apreciação e a depreciação; a avaliação e a reavaliação; o fortalecimento e o 'refortalecimento'; por fim, a valorização e a revalorização de uma noção que, após o processo de Dreyfus, não deveria existir mais, a saber, os intelectuais.

A ambiguidade de definição do conceito intelectual hoje

Segundo Durkheim, o intelectualismo, imbricado a certo individualismo, é o direito que cada indivíduo tem de manifestar sua liberdade de pensamento e de expressão, a liberdade suprema conquistada pelas sociedades modernas, posicionando-se e expressando-se sobre um assunto que ele acha ser da sua competência. Em outras palavras, se ser intelectual significa usufruir da inteligência para produzir obras culturais, artísticas e científicas, isso não significa, no entanto, ser mestre ou domesticador da inteligência em si (DURKHEIM, 1898, p. 8). Então, do ponto de vista racional, a incompetência intelectual é um não sentido. Em notas de rodapé ele define o intelectual da maneira seguinte:

O intelectual não é aquele que tem o monopólio da inteligência e não lida com funções sociais para as quais a inteligência é necessária. Ele está onde é meio e fim, ferramenta e meta; emprega a inteligência para ampliar a inteligência, isto é, para enriquecer o conhecimento, as idéias e as novas sensações. É, portanto, todas essas profissões (da arte e da ciência) e é para expressar essa característica que vem naturalmente para chamar o homem intelectual que a ela se dedicou (DURKHEIM, 1898, p. 3).

Portanto, contrariamente ao que pensa o senso comum, a *inteligência* não é propriedade exclusiva de ninguém, não pode ser domesticada nem colonizada pelos intelectuais. É o bem da humanidade. Ela é só um instrumento ao serviço de todo homem e os intelectuais, em que lhes diz respeito, usam-na para seus fins. Em resumo, ser intelectual para Durkheim é comprovar a capacidade de usar esta inteligência e colocá-la ao serviço da causa social. O intelectual solitário, isolado não existe, tem que pertencer a uma estrutura coletiva, ou seja, a atividade intelectual implica o pertencimento a um corpo coletivo, que ele chama *os pares*. Tal corpo confere ao intelectual autoridade e notoriedade. Assim, podemos considerar, sem dúvida, o intelectualismo como uma atividade cultural, científica, artística, política e social.

Além disso, o conceito de intelectual nos convida a levar em conta três perspectivas: social, política e filosófica. Se devermos considerar o surgimento dos intelectuais como um fenômeno social, é importante entender o intelectual como o produto do seu próprio meio sociocultural atravessado por um conjunto de ideologias e de eventos históricos dentro da sua classe e fora da sua classe. Tais ideologias e eventos acabam de impactar sua vida, quer dizer, o intelectual é, ao mesmo tempo, ator e agente dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais que ocorrem no seu presente e perante os quais ele não pode ficar indiferente. A partir do caso de Dreyfus, devemos ver no intelectual, ao trabalhar com ideias e ideologias ganhando certa autonomia, um intérprete e analista do seu tempo e das crises múltiplas e diversas que atravessa sua sociedade.

Ou seja, ele é o testemunho de sua época que ele descreve e pinta com destreza e fineza para ajudar as diferentes camadas sociais a tomar consciência de si mesmas (WINOCK, 1996). Este comportamento faz do intelectual alguém que busca mudar o mundo social no qual está vivendo. Esta mudança social é possível se e somente se ele tem consciência de si, da sua função na sociedade, da sua situação de classe, compreende e consegue dominar o universo social no qual ele está evoluindo, os fenômenos que caracterizam este universo.

Eis o que vai levar à transformação do intelectual em *homem-contradição* que se rebela contra o sistema e produto aos quais ele prestou sua competência, inteligência e serviço durante muito tempo com lealdade. Isso ocorre porque o papel social do intelectual em si exige, segundo Bourdieu, uma autonomia racional e um engajamento às causas universais. Este engajamento implica um papel político sem que, no entanto, os intelectuais se tornassem políticos (BOURDIEU apud NOVAES, 2006, p. 19-20).

Esta autonomia racional engendra, por conseguinte, uma ruptura com a classe dominante. Tal ruptura produz, de acordo com Sartre, dois impactos maiores na vida do intelectual. Primeiro, o intelectual se torna um traidor para a classe dominante e um suspeito às classes exploradas. Segundo, esta ruptura coloca o intelectual numa certa situação de quase *sem classe*, porque, em ambos os lados, as relações sociais a ser desenvolvidas serão marcadas pela desconfiança (SARTRE, 1994, p. 41-45). Na verdade, isso deve ser visto só como uma aparência, uma imagem enganadora do intelectual, porque, de fato, ele pertence à pequena burguesia, uma nova classe surgida a partir dos conflitos que ocorreram nas classes da burguesia. Duas razões, segundo Löwy, explicam esse pertencimento. Primeiro, a pequena burguesia é o lugar de predileção de recrutamento da maior parte da *intelligentsia*; segundo, os meios de trabalhos e subsistência concedidos aos intelectuais provêm diretamente da classe pequeno-burguesa. Todavia, resume ele, isso não impede que os intelectuais possam ser encontrados em qualquer camada social, até na proletária (LÖWY, 1979, p. 1-2). A estas duas razões podemos acrescentar uma terceira: a rejeição pela classe burguesa dos intelectuais especialistas que ela mesma formou, criou e construiu.

O *homem-contradição* significa, em termos sartrianos, contradição que o intelectual tem consigo mesmo, com as ideologias da classe dominante que participou, grandiosa e imensamente, da sua formação, e, por fim, contradições que estão lhe esperando nas classes oprimidas das quais ele pretende defender os interesses contra a classe opressora. Significa, também, contradições entre ser um universalista social pequeno-burguês, um técnico do saber prático, um reproduzidor das ideologias da burguesia – o estatuto social que lhe é imposto pela sua profissão de especialista da classe dominante – e ser um humanista de uma causa particularizante em referência à sua condição de classe, um elemento da classe média, eis tudo o que define a situação de *homem-contradição* que é o intelectual e que explica perfeitamente também as dificuldades e os grandes dilemas nos quais ele se encontra.

Em outras palavras, a expressão de *homem-contradição* de Sartre deve ser entendida como uma consequência da revolta que vem acontecendo na vida do intelectual pela tomada de consciência das condições de vida das classes exploradas, porque o intelectual não consegue estabelecer uma relação racional de *causa a efeito* entre os conhecimentos e valores teóricos apreendidos e adquiridos nas escolas e universidades burguesas desde a infância até a idade matura – como, por exemplo, igualdade e humanismo – com as realidades sociais e econômicas práticas (SARTRE, op. cit., p. 26-29). Nesse sentido, Sartre sustenta:

Assim, o intelectual é o homem que toma consciência de oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que ele implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, *para ser real*, deva se fazer, no intelectual, *desde o início*, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das condições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito

orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia. Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz (Ibid., p. 30-31).

Embora seja interessante para entender os dilemas dos intelectuais hoje, o *homem-contradição* de Sartre é problemático e ambíguo na medida em que, por exemplo, nos mostra que, ao mesmo tempo, as contradições transformam o intelectual automaticamente em rebelde e militante⁶ que, por ter abraçado a causa das condições de vida das classes trabalhadoras, continua conservando alguns privilégios adquiridos da classe dominante. Ou seja, enquanto continua a fazer um trabalho técnico pelo qual recebe muitos privilégios econômicos e sociais, ele se encontra, ao mesmo tempo, numa obrigação de proibidade intelectual de dizer a verdade denunciando este mesmo sistema, sua crueldade e sua corrupção. Será que isso significa que a ruptura não foi total ou definitiva e a autonomia racional não foi consolidada?

Com efeito, renúncia, revolta e rejeição transformam o técnico do saber prático em um intelectual, não para a burguesia, para quem ele é ou um técnico do saber prático ao seu serviço ou um rejeitado, mas para a classe oprimida que elogiará sua coragem após perder os prestígios sociais e econômicos que a burguesia lhe concedeu. No caso contrário, como ele não quer perder os prestígios sociais e privilégios econômicos, então, ele se encontra compartilhado entre dois seres contraditórios: cientista e intelectual; universalista e particularista; militante e conservador etc. Não obstante, conservando esses privilégios, ele pode ser considerado como um intelectual orgânico diferentemente do outro tipo de intelectual que nasce das contradições e se torna *aquilo que se mete no que não é de sua conta*. Esta é a ambiguidade de entender o *homem-contradição* de Sartre.

Todavia, o mais importante a reter no *homem-contradição* de Sartre é que, antes de se revoltar, ele é ainda um especialista de um saber prático ao serviço da classe dominante. Em outras palavras, ele é um assalariado; uma força produtiva da superestrutura ideológica do sistema capitalista, que trabalha com ideias, valores e conhecimentos para conseguir manter a hegemonia social e política deste sistema (BARROS, 1977, p. 7-8). Portanto, é a contradição

⁶ Isso quer dizer que a um certo momento da sua vida, o intelectual toma consciência das condições desumanizantes de exploração social da classe operária, classe oprimida e explorada, pela burguesia capitalista e das ilusões de igualdade social e de integração social em que esta classe dominante o fizeram acreditar. Ele vai lutar então ao lado das classes trabalhadoras pela sua liberação e pelo aprimoramento das suas condições de vida, porque está convencido que ela é a única classe que seja realmente revolucionária. Ver Antoine Casanova; Claude Prevost; Joë Metzger. **Les Intellectuels et les luttes de classes**. Paris: Sociales, 1970; Jefferson Barros. **Função dos intelectuais numa sociedade de classe**. Porto Alegre: Movimento, 1977.

do intelectual com a classe dominante e as estruturas e superestruturas sociais dos meios de produção que definem seu estatuto e função social, ou seja, sem essas contradições seria difícil falar da existência dos intelectuais como categoria social como tal.

Em segundo lugar, além de ser um fenômeno social, o aspecto político da aparição dos intelectuais encontra sua eminência no caso de Dreyfus durante o qual homens detentores de saberes, gozando de prestígios na sua comunidade, abusaram da sua competência e celebridade para abraçar uma causa altamente política que, aliás, não era de sua conta e na qual eles não deveriam se envolver. Isso mostra que, desde então, o engajamento dos intelectuais às causas universais é eminentemente político, dito de outra forma, a função social dos intelectuais na sociedade não lhes permite escapar, ignorar ou fechar seus olhos para as questões altamente políticas.

Isso traduz, por outro lado, além da independência dos intelectuais, sua autonomia em relação ao sistema político estabelecido, tal autonomia lhes conferiu uma autoridade de falar, de se posicionar, de manifestar contra uma decisão arbitrária em nome dos valores universais. Hoje, as sociedades contemporâneas conhecem muitos casos similares ao de Dreyfus: pessoas e grupos de indivíduos, grupos de rebelião, grupos conservadores que – ao estarem criticando e denunciando ferozmente os abusos políticos; as violações de direitos humanos e de liberdades individuais de um regime opressor, ditatorial ou corrupto – se metem em assuntos fora do seu alcance. Mas será que isso permite considerar, no mesmo contexto, essas pessoas como intelectuais?

Na verdade, o caso de Dreyfus, apesar de se acentuar na figura de um indivíduo, ressaltou a defesa pelos intelectuais dos valores universais, como, por exemplo, o direito de todo homem a uma justiça equitativa e imparcial; criou certa visibilidade midiática aos intelectuais como Zola⁷, mas, não criou autoridade e notoriedade. Autoridade e notoriedade são dois valores que já foram para os literatos como Zola, romancistas como Clemenceau um adquirido no seio da sociedade francesa graças às suas obras filosóficas, culturais e artísticas e é por causa dessas autoridade e notoriedade adquiridas que eles eram capazes de se pronunciar, se posicionar livremente sobre o caso de Dreyfus, serem ouvidos e levados a sério pelo mundo inteiro, que justificam, por fim, o “*J'accuse*” de Zola. O intelectual não é qualquer pessoa. Enquanto criador, produtor e manipulador de ideias e de ideologias, ele funda sua própria autoridade e não obtém de ninguém um mandato para falar. É o que acontece aos intelectuais pequeno-burgueses após entrarem em confronto com a classe dominante para abraçarem as causas das classes trabalhadoras⁸.

⁷ Ver Winock, 1997, p. 18-26.

⁸ Sartre, op. cit., 1994, p. 44-45.

Por fim, o aspecto filosófico tende a nos levar a ver na figura dos intelectuais de hoje como uma continuação dos filósofos do século XVIII enquanto seus netos e herdeiros. É difícil aceitar tal afirmação sem problematizar. Com efeito, os filósofos, do século XVII até o século XIX, constituíram, na sua época, uma espécie de clube de ‘frequentação’ *intelecto-amigável* muito restrito e fechado. No entanto, atualmente, as figuras dos intelectuais são múltiplas, pois eles não são mais uma espécie de seita ou comunidade fechada onde todos se conhecem. Eles podem ser encontrados nas diferentes camadas sociais.

Portanto, essa tendência já evoluiu bastante, porque a imagem revolucionária e o estatuto de defensor dos interesses das classes exploradas que os intelectuais têm hoje estão em perfeita contradição com as características dos filósofos da Idade Média e das Luzes que trabalharam pelo fortalecimento de uma classe dominante, a burguesia, cujos interesses se colocavam em oposição flagrante aos da Igreja e do resto da sociedade. Assim, esses filósofos, como sustentam Gramsci (1978) e Sartre (1948, 1994), podem ser considerados pura e simplesmente como *intelectuais orgânicos*, ou seja, reprodutores, conservadores e caos de guardião de uma ideologia dominante.

Antes de passar ao próximo ponto, cabe ressaltar a nuance que existe entre autoridade e notoriedade. Os dois termos parecem sinônimos, mas na verdade eles se completam e mantêm certa relação de continuidade. Com efeito, podemos entender por autoridade a possibilidade de que opiniões e reflexões críticas sobre um assunto de interesse geral podem ser levadas a sério. Ela consiste também em uma habilidade e capacidade intelectual de falar, de se posicionar, de discutir, de teorizar sobre problemas dentro da sua área de pesquisa, na esperança de que suas propostas – a serem elogiadas, analisadas, criticadas problematizadas e valorizadas pelo que Leclerc (2004) chama *os pares*, isto é, os outros companheiros e amigos intelectuais que compõem a comunidade intelectual – têm um peso e uma relevância no mundo intelectual, cultural e científico. Autoridade significa que o intelectual, ao longo do tempo, adquiriu certos conhecimentos e saberes acadêmicos, filosóficos, científicos que lhe conferem inteligência, capacidade e racionalidade de defender seus pontos de vista. Esta autoridade, apesar de seu caráter social, se constrói e se forma na individualidade⁹, ou seja, é a partir de iniciativas e esforços individuais que o intelectual chega a construir uma autoridade e se tornar uma referência notória na matéria que estudou.

A notoriedade, por sua vez, pode ser definida como a marca de distinção, de prestígio, de honra e mesmo de sublimação concedida pelos *pares* ao intelectual como uma expressão de solidariedade social, como um símbolo de recompensa pelos seus esforços e sacrifícios para

⁹ Falando da individualidade, é verdade que o intelectual pertence a um grupo social, porém, sua atividade intelectual releva que está sempre acompanhado de um alto individualismo. Ou seja, se consideramos a visibilidade e a celebridade das quais o intelectual goza, é fácil perceber que se trata sempre do fruto de um esforço individual a partir de uma causa social e coletiva abraçada da sua escolha. Isso significa que o social e o individual constituem as duas dimensões mais altas da obra do intelectual e são intimamente interligadas. Não tem como separá-las (DURKHEIM, 1898).

se formar, construir, fortalecer, aprimorar e consolidar seu desempenho intelectual. Assim, podemos considerar a autoridade como um ato autoreflexivo que vem da própria iniciativa do intelectual, ou seja, ele se impõe à opinião pública e se cria nesse espaço uma figura de prestígios, enquanto a notoriedade, sendo exógena, traduz o respeito e a aceitação coletiva dos pares. Assim, autoridade e notoriedade, sendo uma construção social, cultural e simbólica, são, em suma, a expressão do sucesso social do intelectual; o fruto dos seus esforços individuais e o vetor de sua função social.

Intelectualidade e ciências sociais: para uma compreensão sociológica do papel social dos intelectuais na sociedade

Nas ciências sociais, em particular, na sociologia, encontramos uma interpretação bem particular – diferentemente das outras disciplinas científicas como, por exemplo, a literatura e a filosofia – de explicar o papel, o lugar e a imagem do intelectual na sociedade. É que os intelectuais, como categoria social distinta, separada, mas inserida na sociedade e em perfeita relação com as outras categorias sociais, constituem um problema sociológico particular a ser debatido e problematizado e um desafio para as ciências sociais em geral.

Se devemos partir do argumento segundo o qual o papel social do intelectual na sociedade seria estimular os indivíduos a ter consciência da sua condição de classe explorada e chamá-los a se rebelar contra o sistema de opressão, exploração e dominação ao qual eles são compelidos a se submeter pelo capitalismo burguês, este papel não pode ser cumprido sem um engajamento, que está intimamente correlacionado a uma totalidade histórica e uma consciência coletiva, quer dizer, do mesmo modo que as contradições criam novo estatuto social, elas engendram também novos engajamentos individuais e sociais. Ademais, como, de um lado, a literatura – obra social por excelência – é imanente ao engajamento – *literatura tem que ser engajada* –, apontou Sartre (1948); do outro, os literatos, artistas e filósofos do século XVIII constituem o tipo-ideal da figura do intelectual ou o modelo autêntico da alta intelectualidade moderna, então ser intelectual se assimila muito bem a ser engajado na vida social, política, cultural.

No entanto, a pergunta que se coloca é: engajamento ao que ou a quem? A uma causa – seja de maneira individual ou coletiva, privada ou pública, comunitária ou social – que pertence à humanidade em geral, a uma coletividade em particular. Por isso, no caso de uma causa defendida em prol de um grupo, de uma classe dominante, estamos em face de *intelectuais orgânicos* no sentido gramsciano ou de técnicos do saber prático no sentido sartriano (GRAMSCI, op. cit., 1978, p. 3-23; SARTRE, op. cit., 1994, p. 13-31). Pelo contrário, o caso ao qual se engaja o intelectual tem um caráter universal, mundial, transnacional, internacional sem se deixar de se inscrever, em primeira instância, numa abordagem nacional, social e coletiva. Ou seja, ele se funda num humanismo, socialismo e universalismo, ao mesmo

tempo, generalizante e particularizante: tal é a causa a ser abraçada pelos “*verdadeiros intelectuais*”.

Utilizamos o adjetivo ‘verdadeiro’ de acordo com o conceito sartriano para designar aqueles intelectuais que acreditam num universalismo humanitário como *projeto* do porvir prático do homem e não como o *deveria ser* das sociedades, sustentado pelo que ele chama os *falsos intelectuais* que pregam um universalismo e um humanismo cego. Pela sociologia, que se interessa por esta categoria social chamada intelectuais, toda causa é no início social e coletiva na medida em que se inscreve numa história total e global e o envolvimento do intelectual nela é contagioso e muito suscetível a influenciar as outras camadas sociais. Isso ocorre porque no quadro das lutas de classes, os projetores são sempre iluminados sobre os intelectuais que têm um papel histórico nelas.

Assim, as outras camadas sociais tendem a tomá-los, como disse Löwy (op. cit.), por revolucionários e seu modelo social de sucesso. Do ponto de vista sociológico, seria irracional se engajar a sua própria causa ignorando as relações e interações sociais e ver no engajamento um posicionamento puramente individualista e pessoal. Isso porque o caráter sociológico do engajamento social do intelectual em si mesmo implica, necessariamente, a existência de um outro, isto é, um fato exterior ao interesse propriamente dito do intelectual.

Pelo contrário, os intelectuais se engajam às causas já existentes na sociedade, que marcam a vida social e que a coletividade expressa; então, eles não inventam as realidades sociais. Por isso, precisamos distinguir as realidades sociais propriamente ditas, vistas como vindas do exterior – centro da produção dos fatos sociais reais – e as realidades sociais falsificadas e formatadas em prol e à imagem de um sistema dominante cujo intelectual é mesmo comissário retomando exatamente a expressão empregada por Gramsci, quando afirma que “*Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político*”(GRAMSCI, op. cit., p. 11). De fato, desde o caso de Dreyfus¹⁰, o intelectual sempre projeta a imagem de alguém que está defendendo, reivindicando, apoiando, abraçando uma causa histórica e social que *não é de sua conta*.

Esta causa não precisa ser identificada a qualquer grupo social exclusivo, porque já transcende esses grupos coletivos físicos para revestir um nível de universalismo e

¹⁰O caso Dreyfus não ficou preocupante só para os intelectuais laicos, os intelectuais cristãos, em particular, os protestantes – se podemos chamar assim aqueles que se revoltaram de alguns princípios dogmáticos da Igreja –, não somente tomaram posição firme durante o caso Dreyfus, exprimiram sua indignação, mas sobretudo, tentaram – como todo intelectual consciente de seu tempo e dos problemas da sua sociedade – de entender a sociedade na qual estão vivendo, as realidades sociais, culturais, econômicas e políticas nas quais estão inseridos, as dos anos 20, propor algumas soluções. Apesar de serem ignorados ou esquecidos durante a Revolução, os intelectuais cristãos, e mais tarde os católicos liberais, desempenharam um papel importante na compreensão do mundo social dos anos 20 e 30. Ver Pierre Colin. **Intellectuels chrétiens et esprit des années 20**. Paris: Cerf, 1997, p. 51-82; 211-233.

humanismo planetário, todavia, antes de tudo, ela é, em primeiro lugar, societal¹¹ e se inscreve num campo social bem peculiar. Isto é, ações sociais revolucionárias de caráter universal em prol da humanidade no objetivo de transformar as condições sociais e levar as camadas sociais exploradas a serem mestres do seu destino. É com valores, ideias e ideologias, reconhecidos como universais, transnacionais e internacionais, propriedade de toda sociedade e de todo ser humano, que o intelectual se apresenta como militante e revolucionário contra o sistema opressor para libertar a si mesmo e seus companheiros. No entanto, o combate dele contra as ideologias dominantes se faz utilizando ideologias contrárias, ou seja, o intelectual se serve das próprias armas da classe dominante, a saber, ideias e ideologias, para combater essa classe.

A partir daí, queda-se numa contradição, numa guerra de ideologias. Não há novas ideologias oriundas das classes médias porque estas não têm condição material, mental, psicológica e social suficiente para produzir ideologias e, também, em virtude de sua situação social atual, sua prioridade imediata não é ideologias, mas libertação. Todavia, algumas ideias vêm e pertencem à consciência coletiva, ou seja, ideias surgidas a partir das condições sociais, culturais e econômicas precárias dos indivíduos, das realidades sociais reais que inspiram os intelectuais, os levam a se revoltar contra as ideologias dominantes e fazem deles *apóstolos* da verdade. Isso ocorre porque, vale lembrar, os intelectuais são membros da sociedade; observadores, participantes e, às vezes, instigadores das crises sociais, políticas, culturais e econômicas; analistas dos fenômenos sociais; seres humanos como os que sofrem as explorações da burguesia; portanto, afetados e atravessados pelos mesmos problemas sociais. Entretanto, por pertencerem a uma categoria social privilegiada e por causa do seu estatuto social, a consciência coletiva os atinge, os penetra e os motiva de maneira totalmente diferente.

Em resumo, se partirmos do pressuposto de que o engajamento significa abraçar uma causa eminentemente política e social em nível humanitário, nacional, internacional e universal, é importante entender, primeiro, que a intelectualização dos intelectuais passa por um processo histórico muito complexo a tal ponto que podemos dizer que se trata de outra tipologia de socialização que mereceria uma abordagem metodológica e epistemológica peculiar. Segundo, ao se engajar a tal causa, o intelectual precisa estar consciente de que ele está, ao mesmo tempo, fazendo do intelectualismo uma vocação¹² e construindo outra imagem social, cultural e simbólica na escala tanto nacional como internacional. Por isso, a palavra intelectual é de uso comum, ou seja, qualquer pessoa pode se autoproclamar intelectual, porém, a função intelectual em si está reservada a uma categoria de indivíduos bem específica.

¹¹ O caso de Dreyfus foi, em primeiro, societal, transtornou todo o sistema social e político, todos os aparelhos jurídico, judiciário e militar franceses, antes de alcançar um nível mundial graças a papel das mídias.

¹² Hoje, o engajamento intelectual se torna cada vez mais uma espécie de círculo vicioso, uma contaminação social, um sacerdócio. À medida que o indivíduo se inserir nele, será muito difícil para ele de sair de lá. É realmente uma vocação, como diz Weber. Ver Max Weber. **Ciência como vocação**. Lisboa: Tribuna da história, 2005.

Intelectuais e intelectuais: o papel das mídias na construção social dos intelectuais

Sem a intenção de retomar a classificação discriminatória entre *falsos intelectuais e verdadeiros intelectuais*¹³, devemos distinguir hoje intelectuais e intelectuais. A partir da leitura das críticas de Bourdieu (op. cit.), de Leclerc (op. cit.) e de Moreira (2001) a respeito dos Intelectuais, podemos ressaltar, pelo menos, três tipos de intelectuais que as sociedades contemporâneas estão construindo e valorizando hoje.

O primeiro tipo reagrupa os intelectuais que fazem da pesquisa, da ciência, da arte, das teorias suas principais armas, uma vocação, até um engajamento ético no sentido weberiano e que, por meio da sua pesquisa, do seu estudo e da sua teoria, eles conseguem se identificar a uma verdadeira causa social, universal e humanitária. Estes são minoritários e frequentam raramente os meios da imprensa. Ao segundo tipo pertencem os intelectuais destinados a fazer barulhos nas mídias, para as quais se convidam frequentemente, e fazem desse espaço seu lugar de predileção para discutir mediocrementemente as teorias. Esses são criticados severamente por Bourdieu¹⁴. Por fim, existe um terceiro tipo que podemos chamar de *intelectuais jornalistas* que, às vezes, sem produção intelectual, artística, literária e científica relevante, são produtos da imprensa.

Estes dois últimos tipos de intelectuais, cuja visibilidade e imagem são trabalhadas pelas mídias, são muito perigosos para a inteligência humana e constituem um grande desafio para as ciências sociais, porque eles detêm nas mãos a arma de comunicação poderosa que atinge as massas. É preciso tomar muito cuidado com as suas falas e intervenções, cuja característica é a espetacularização televisiva, vazia de conteúdo. É preciso saber distinguir homens de ciência de charlatões.

Falando do papel das mídias, que é fundamental na popularidade e visibilidade dos intelectuais – bons ou ruins – é importante sublinhar que os meios de comunicação de massa consistem em certo *repertório* – conceito muito caro ao historiador americano Charles Tilly¹⁵ – para que o engajamento do intelectual seja efetivo, eficaz, real e forte, ou seja, um espaço a partir do qual sua voz pode ser mais ouvida e impactada. Com efeito, o conceito de *repertório* nasce a partir das análises de Tilly dos movimentos sociais e pode ser definido como um conjunto de estratégias utilizadas por estes para não somente valorizar suas ações políticas, mas sobretudo, para criar seu próprio lugar de privilégio no espaço de decisão (TILLY, 2008, p. 87-121).

¹³ Ver Sartre, op. cit. 1994, p. 38-53 sobre a comparação entre intelectuais verdadeiros e intelectuais falsos.

¹⁴ Ver Pierre Bourdieu, op. cit. 1996.

¹⁵ Charles Tilly; Sidney Tarrow. **Politique (s) du conflit**. Paris: Presses de Sciences Po, 2008, p. 87-121.

_____. **Contentious politics**. London: Paradigm, 2007.

Charles Tilly. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

Por isso, é interessante retomar aqui esse conceito para entender que as mídias representam um espaço social poderosamente estratégico, que oferece visibilidade e possibilidade de propaganda aos intelectuais para que estes possam defender as ideias e os valores da classe dominante; favorecer, às vezes, certo autoritarismo intelectual e não autoridade intelectual; obter certa legitimidade junto de uma comunidade midiática que consome suas palavras. Com isso, surgem duas perguntas: o que leva ou faz pensar a um indivíduo, na sua pretensão de ser ‘intelectual’ que, ao falar nas mídias, está se engajando a uma causa universal e seu engajamento levaria outros ao engajamento de outros? É a mídia que vai atrás do intelectual ou é este que procura as mídias para construir sua imagem na sociedade?

A primeira pergunta pode ser respondida repetindo que, de um lado, é a tarefa, ao mesmo tempo, científica, artística e filosófica, que o indivíduo executa no seu grupo social, do outro, seu engajamento às causas sociais, culturais, políticas e econômicas, que vão determinar sua função social enquanto intelectual. Em outras palavras, “todos podem ser intelectuais; todavia, a função social do intelectual não cabe a todos” (GRAMSCI, op. cit., p. 7). A função por excelência do intelectual, repete Sartre, é a contradição: ele nasce, evolui e permanece nas contradições. Ele vive das e pelas contradições, toda sua vida é contradição porque, primeiro, a sociedade está preenchida de contradições, segundo, os valores com os quais ele trabalha, como, por exemplo, liberdade, igualdade e humanidade são feitos de contradições. Terceiro, os interesses da classe a qual ele defende estão sempre em contradição com os da burguesia (SARTRE, op. cit, 1994).

É claro que o intelectual não pertence à classe dominante, pois a burguesia não confere a ele o estatuto de membro desta classe, ele está ao serviço dela por certo momento. Portanto, ele é também um explorado. Como a classe trabalhadora, ele é uma força produtiva (BARROS, op. cit., CASANOVA et al., 1970). Sendo oriundo da classe média, ele não é mais membro desta classe uma vez que prestou sua competência e inteligência à classe dominante e opressora. Ele não pode fazer isso sem trair sua própria classe e trabalhar contra ela, ou seja, contra sua origem social. A classe média, classe dominada e oprimida, enfatizaram Sartre (1994), Gramsci (1978) e Charle (1990), não tem condição material suficiente de criar seus próprios intelectuais, assim, os intelectuais são essencial e exclusivamente produtos da classe dominante e membros de uma pequena burguesia. Por que as classes médias não podem produzir seus próprios intelectuais?

Porque, em primeiro lugar, a formação dos intelectuais depende diretamente das universidades, dos grandes centros de pesquisa e das escolas superiores de formação. Ora, essas estruturas acadêmicas e burocráticas estão sob o controle e a administração da classe dominante, a burguesia. Seu funcionamento depende do orçamento do Estado que, ele mesmo, é um aparato de repressão nas mãos das grandes empresas burguesas. As universidades hoje constituem, em segundo lugar, a fonte principal de produção de forças de

trabalho com alta qualificação, seja manual ou intelectual. Assim, os intelectuais são recrutados dentro desta estrutura e alguns deles se tornam recrutadores da mão de obra barata ou qualificada nas grandes empresas burguesas.

Isso não significa que os intelectuais não possam defender os interesses da classe dominada e oprimida, mas, para fazê-lo eles precisam renunciar aos privilégios da classe burguesa. Como já vimos, é a tarefa mais difícil e arriscada dos intelectuais qualificados de *esquerdistas* no sentido de que, hoje, a tendência é que todos os intelectuais seriam marxistas e revolucionários e vice versa. Portanto, eles defendem de fato as classes médias sem, no entanto, pertencer a elas. Eles podem ser oriundos das classes operárias, como também existe uma fraca minoria na burguesia, porém, não permanecem membros daquelas classes. Portanto, nas duas extremidades, o estatuto social do intelectual é contestado e contestável, frágil a sustentar e a definir.

A segunda questão é mais difícil e complexa a responder porque, como diz o provérbio, ‘em ambos os casos o mal é infinito’. Com efeito, os grandes intelectuais, como Bourdieu, por exemplo, que adquirem uma autoridade e notoriedade no campo intelectual, vão raramente às mídias hoje¹⁶, e, quando foram, antes de aceitar o convite, eles impõem certas condições. Todavia, eles representam um capital simbólico para essas mídias que eles frequentam, pois, sua presença é suscetível de aumentar os tempos de escuta correlacionados efetivamente a um crescimento de números de telespectadores e/ou auditores. Assim, nesse sentido, são as mídias que, de certa maneira, beneficiam e aproveitam da competência, da personalidade, da autoridade, da notoriedade do intelectual que está falando porque não é qualquer pessoa.

Num outro sentido, o efeito é correlato, pois depende também da reputação e do peso que ocupa aquela mídia no campo midiático e jornalístico internacional. Por exemplo, intervir na RFI (Radio France Internacional) ou escrever no jornal *Le Monde* não é tarefa corriqueira para um intelectual; muito pelo contrário, trata-se de um grande privilégio. Dito de outra maneira, os jornalistas da RFI não vão, com certeza, convidar qualquer pessoa para falar sobre assuntos sem importância. Portanto, o intelectual se beneficia de uma ampla visibilidade e pode aproveitar a publicidade para promover um novo livro seu que acabou de lançar. É fato que isso acontece, mas pode ser uma armadilha para os intelectuais, porque ao falar das violências simbólicas produzidas nas mídias pela restrição e limitação do tempo para desenvolver seus raciocínios, Bourdieu nos convida a considerar esses indivíduos como especialistas e técnicos ao invés de intelectuais, pois, escrever um livro não significa ser intelectual.

¹⁶ As razões pelas quais devemos tomar este cuidado são bem tratadas pelo sociólogo francês. Ver Bourdieu, 1996, op. cit.; idem, 1992, p. 116-149.

Vimos que um intelectual, digno deste nome, tem uma função altamente social, que pode se resumir como sendo um modelo social de luta, de resistência e de sucesso, uma inspiração de mudança social e uma fonte ideológica de esperança¹⁷ para as classes exploradas que têm dificuldade em acreditar na sinceridade da sua revolta contra a classe opressora, embora permaneça um pequeno-burguês. Na verdade, a expressão de *falso ou verdadeiro intelectual* não existe de fato. O que existe é o intelectual como artesão, criador e manipulador de ideias e ideologias, lembrando que o conceito é polissêmico, complexo, e, às vezes, contraditório.

Apesar de tudo, por um lado, as mídias representam o repertório necessário, apto e eficaz ao intelectual e são capazes de construir e impor tipo de intelectual diferente daquele que conhecemos nos séculos XVIII e XIX. Elas podem, também, favorecer uma midiaticização das suas falas¹⁸. Do outro lado, as mídias representam o lugar de predileção, treinamento e desenvolvimento da intelectualidade contemporânea e desempenham um papel incontestável e enriquecedor na construção social, cultural e simbólica da imagem dos intelectuais, a tal ponto que estamos tentados a dizer que os melhores intelectuais do século XXI seriam os jornalistas ou aqueles que frequentam mais os meios de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, se o título de *intelectual* não pode ser recusado, primeiro, aos técnicos do saber prático, aos especialistas que estão trabalhando com ideias, valores e conhecimentos para manter a hegemonia social da classe dominante, porque, como os outros intelectuais das causas universais e humanitárias, eles estão executando também um trabalho científico, artístico e cultural; segundo, a alguns jornalistas que se tornam cada vez mais vetores e condutores da opinião pública, a imagem que nos é oferecida hoje do intelectual é que ele é um personagem de difícil definição, híbrido, controverso, com múltiplas identidades e personalidades, com várias facetas e posições. Ou seja, ele é um personagem em constante mutação que cria mais problemas para a teoria sociológica do que resolve. Por fim, hoje não se pode dizer mais, de maneira peremptória, que ele pertence a determinada camada social, como também é ambíguo verificar a universalidade das causas que ele abraça.

¹⁷ Para Gramsci, os intelectuais rurais, apesar de terem sido objeto de contradições dentro das classes de camponeses – estes os amavam como modelo de sucesso social ao mesmo tempo invejavam sua posição social – desempenharam perfeitamente bem esse papel de modelo social e de força de inspiração para os filhos dos camponeses que, sempre, sonharam ver seus filhos se tornarem, por exemplo, um grande padre (Gramsci, op. cit. 1978, p. 13).

¹⁸ Ver Leclerc, op. cit., 2004, p. 83-104.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Jefferson. **Função dos intelectuais numa sociedade de classe**. Porto Alegre: Movimento, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **Sur la télévision suivi de l'emprise du journalisme**. Paris: Raisons d'agir, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.
- BOUDIN, Louis. **Os intelectuais: que sais-je**. Tradução de Maria do Carmo Pizarro. Lisboa: Acadia, 1971.
- CASANOVA, Antoine; METZGER, Joë; PREVOST, Claude. **Les intellectuels et les luttes de classes**. Paris: Sociales, 1970.
- CHARLE, Christophe. **La naissance des intellectuels**. Paris: Minuit, 1990.
- COLIN, Pierre. **Intellectuels chrétiens et esprit des années 20**. Paris: Cerf, 1997.
- COMISSÃO Gulbenkian. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- D'APPOLONIA, Ariane Chebd. **Histoire politique des intellectuels en France (1944-1954)**. Tome 1. Bruxelles: Complexes, 1991.
- DURKHEIM, Émile. **L'individualisme et les intellectuels**. [S.I.]. Version électronique, p. 7-13. 1898. Disponível em:
http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/sc_soc_et_action/texte_3_10/individualisme.pdf. Acesso em: 28 nov. 2015.
- FINK, Léon; LEONARD, T. Stephen; REID, M. Donald. **Intellectuals and public life: between radicalism and reform**. New York: Cornell University Press, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lucács (1909-1929)**. Tradução de Heloísa Helena A. Mello et al. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MOHRT, Michel. **Les intellectuels devant la défaite de 1870**. Paris: Corrêa, 1942.
- MOREIRA, Antônio Flavio et al. (Org.). **Para quem pesquisamos? para quem escrevemos? o impasse dos intelectuais**. São Paulo: Cortez, 2001.
- NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **La guerre d'Algérie et les intellectuels français**. Bruxelles: Complexes, 1991.

SARTRE, Jean-Paul. **Qu'est-ce que la littérature**. Paris: Gallimard, 1948.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Paris: Ática, 1994.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Contentious politics**. London: Paradigm, 2007.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Politique (s) du conflit**. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

TOURAINÉ, Alain. O intelectual é um fracassado: a importância de seu papel e da sua luta contra o poder e as ideologias. In: _____. **Cartas a uma jovem sociológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WINOCK, Michel. **Le siècle des intellectuels**. Paris: Seuil, 1997.

WINOCK, Michel. **L'affaire Dreyfus**. Paris: Seuil, 1998.

WINOCK, Michel. **La trahison de Munich**: Emmanuel Mounier et la grande débâcle des intellectuels. Paris: CNRS, 2008.

WINOCK, Michel. **Esprit des intellectuels dans la cité (1930-1950)**. Paris: Seuil, 1996.